

## TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL: CONTRADIÇÕES E DESAFIOS ATUAIS

### SOCIAL WORK AND LABOR: CURRENT CONTRADICTIONS AND CHALLENGES

Roselene de Souza Portela<sup>1</sup>  
Isabelly Margarida de Nazaré Menezes de Moraes<sup>2</sup>  
Lidiane Maria Siqueira David<sup>3</sup>

#### RESUMO

Este artigo analisa os impactos das transformações do mundo do trabalho no exercício profissional do/a assistente social. Parte-se do pressuposto de que tais mudanças ampliaram os espaços sócio-ocupacionais da categoria, mas também intensificaram processos de precarização, sobrecarga e desvalorização. Adota-se o materialismo histórico-dialético como método, fundamentado em autores marxistas, para compreender as contradições que atravessam a classe trabalhadora e o Serviço Social. A pesquisa, de caráter bibliográfico e documental, considera os marcos regulatórios da profissão e discute a sociabilidade do trabalho como categoria central. O artigo se estrutura em três partes. A discussão evidencia que a sociabilidade do trabalho sob o capitalismo determina uma autonomia relativa do/a assistente social, tensionada entre as demandas do Estado e os interesses da classe trabalhadora. Conclui-se que, apesar dos avanços ético-político e teórico-metodológicos, persistem desafios no cotidiano profissional, especialmente na atuação em equipes interdisciplinares e multidisciplinares.

**Palavras-chave:** Serviço Social. Trabalho. Sociabilidade. Precarização. Equipe multiprofissional.

#### ABSTRACT

This article analyzes the impacts of transformations in the world of work on the professional practice of social workers. It assumes that such changes have expanded the socio-occupational spaces of the

<sup>1</sup>Assistente Social. Doutora em Ciências Socioambientais. Docente Adjunto da Faculdade de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Endereço: Rua Augusto Corrêa, 01, Guamá, Belém-Pará, CEP: 66075-110. Telefone: (91) 3201-7390. E-mail: [roselene@ufpa.br](mailto:roselene@ufpa.br). <https://orcid.org/0000-0003-3339-3528>

<sup>2</sup> Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Endereço: Rua Augusto Corrêa, 01, Guamá, Belém-Pará, CEP: 66075-110. E-mail: [isabelly.menezes@icsa.ufpa.br](mailto:isabelly.menezes@icsa.ufpa.br). <https://orcid.org/0009-0005-2427-6997>

<sup>3</sup>Assistente Social. Mestra em Serviço Social. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPA). Endereço: Rua Augusto Corrêa, 01, Guamá, Belém-Pará, CEP: 66075-110. Telefone: (91) 3201-7390. E-mail: [lididvd@gmail.com](mailto:lididvd@gmail.com). <https://orcid.org/0000-0002-5217-7639>

profession, but also intensified processes of precariousness, overload, and devaluation. Historical-dialectical materialism, based on Marxist authors, is adopted as a method to understand the contradictions that permeate the working class and social work. The research, of a bibliographic and documentary nature, considers the regulatory frameworks of the profession and discusses the sociability of work as a central category. The discussion shows that the sociability of work under capitalism determines a relative autonomy of social workers, which is constantly challenged by the demands of the State and the interests of the working class. It concludes that, despite ethical-political and theoretical-methodological advances, challenges persist in daily professional practice, especially when working in interdisciplinary and multidisciplinary teams.

**Keywords:** Social Service. Work. Sociability. Precariousness. Multidisciplinary team.

### INTRODUÇÃO

O trabalho do/a assistente social tem sido objeto de amplo debate no campo do Serviço Social, sobretudo em razão da multiplicidade de espaços sócio-ocupacionais em que se insere. As transformações no mundo do trabalho ampliaram as possibilidades de atuação profissional, mas também colocaram novas demandas e desafios, como observa Raichelis (2010). Esse processo se expressa em um campo de intervenção marcado pela interdisciplinaridade e pela necessidade de articulação com diferentes sujeitos sociais.

A profissão, fundamentada em seu projeto ético-político, busca uma prática crítica e emancipatória, comprometida com os interesses da classe trabalhadora e com a defesa de direitos sociais. Para tanto, mobiliza instrumentos teórico-metodológicos e técnico-operativos que orientam sua intervenção nos mais diversos contextos (Iamamoto, 2007; 2021).

Este artigo parte do método do materialismo histórico-dialético, apoiado em autores marxistas, para discutir a sociabilidade do trabalho e suas implicações para o Serviço Social. O estudo, de caráter bibliográfico e documental, utilizou marcos regulatórios da profissão como referência, com destaque para a Lei nº 8.662/1993, as Diretrizes Curriculares de 1996 e o Código de Ética de 1993.

Busca-se, assim, compreender como as contradições do mundo do trabalho atravessam o exercício profissional do/a assistente social, evidenciando seus limites e possibilidades. A questão que orienta a pesquisa é: de que modo as transformações nas relações de trabalho

## **TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL: CONTRADIÇÕES E DESAFIOS ATUAIS**

impactam o cotidiano e a autonomia relativa do/a assistente social na sociedade capitalista contemporânea?

O trabalho está estruturado em três partes: a introdução apresenta o objeto de pesquisa, os problemas, objetivos e aspectos metodológicos; a segunda seção discute a categoria sociabilidade do trabalho e seus impactos sobre o exercício profissional do/a assistente social e sobre a classe trabalhadora; e, por fim, são apresentadas as considerações finais.

### **MATERIAL E MÉTODOS**

A realidade social na sociedade capitalista é marcada por uma complexa rede de contradições que atravessam a vida cotidiana da classe trabalhadora. Neste cenário, a pesquisa adota o método do materialismo histórico-dialético, fundamentado nas categorias marxistas, com ênfase na sociabilidade do trabalho.

Para tanto, a pesquisa se fundamenta nas obras dos seguintes autores: Marx (2013, 2004), Lukács (2012), Silva (2017), Lessa e Tonet (2008), Alves (2007), Netto (2012), Antunes (2000; 2018), Iamamoto e Yazbek (2019), Marx e Engels (1989), de modo a estabelecer uma relação entre a área do Serviço Social e a categoria trabalho, bem como as relações de contradição que fundamentam a lógica capitalista e o trabalho profissional dos/as assistentes sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais que têm sido demandados/as.

Sobre os aspectos metodológicos, este estudo se fundamentou na pesquisa bibliográfica e documental, que teve como suporte os marcos regulatórios da profissão, sendo: a Lei de Regulamentação nº 8.662/93, Lei de Diretrizes Curriculares de 1999, Código de Ética de 1993.

### **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

#### **1. SOCIABILIDADE DO TRABALHO**

A realidade do trabalho na atualidade, marcada pela lógica neoliberal, incide diretamente nas diferentes áreas profissionais. Nesse cenário se insere o Serviço Social, cuja intervenção busca enfrentar as expressões da “questão social”, isto é, os reflexos da relação contraditória entre capital e trabalho (Silva, 2017).

## TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL: CONTRADIÇÕES E DESAFIOS ATUAIS

Na tradição marxista, o trabalho é uma categoria fundante da condição humana. Para Marx (2013), ele representa a mediação entre homem e natureza, processo em que o sujeito transforma a natureza e transforma a si mesmo. Desse modo, Lukács (2012) acrescenta que o trabalho constitui o fundamento do ser social, pois nele se realiza a teleologia humana: a capacidade de projetar finalidades e concretizá-las na prática. Por meio do trabalho, os sujeitos não transformam somente a natureza, criando valores de uso, mas também transformam a si próprios (Lessa; Tonet, 2008).

Essa dimensão ontológica é fundamental para compreender os desafios que o/a assistente social enfrenta hoje. Se o trabalho é a base da sociabilidade, a forma como ele se organiza sob o capitalismo determina os limites e possibilidades da intervenção profissional. Nessa perspectiva, o cotidiano do/a assistente social revela tensões entre a necessidade de responder às demandas imediatas — muitas vezes emergenciais — e o compromisso de promover uma prática crítica e emancipadora.

O desenvolvimento capitalista acentua a reificação das relações sociais, reduzindo o trabalhador a mero meio de produção (Lukács, 2012). Essa reificação repercute na prática profissional ao transformar usuários em “casos” ou “números” e o trabalho do/a assistente social em simples execução de protocolos institucionais, criando o risco de esvaziar o sentido crítico do fazer profissional. O desafio está em resgatar a dimensão humana dessas relações, recolocando o usuário como sujeito de direitos e não apenas como objeto de intervenção.

A alienação, segundo Marx (2004), ocorre quando o sujeito se vê separado do produto de seu trabalho, perdendo a conexão com sua própria atividade. Esse fenômeno aparece no cotidiano do/a assistente social quando há descompasso entre o projeto ético-político da profissão e as exigências institucionais centradas em metas e indicadores de produtividade. Assim, o/a profissional vivencia a tensão entre a autonomia relativa que lhe é garantida pelos marcos regulatórios e a determinação externa que condiciona seu trabalho.

Marx e Engels (1989) identificam estágios distintos do desenvolvimento capitalista, nos quais as transformações tecnológicas modificaram os processos de trabalho. Esse movimento resultou na divisão social do trabalho, que passou a atender não às necessidades imediatas do produtor, mas às demandas do mercado. Essa dinâmica se expressa no Serviço Social na medida em que políticas públicas passam a priorizar eficiência e racionalização de recursos, sobrecarregando profissionais e reduzindo a possibilidade de ações preventivas e de longo prazo.

## **TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL: CONTRADIÇÕES E DESAFIOS ATUAIS**

O conceito de exército industrial de reserva, desenvolvido por Marx (2013) e Netto (2012), é igualmente importante para analisar a prática profissional. O aumento do contingente de desempregados e subempregados gera maior demanda por serviços sociais, ampliando o número de usuários que recorrem às políticas públicas para acesso a renda, saúde, moradia e assistência. Na prática, isso significa que o/a assistente social precisa lidar com um volume crescente de atendimentos, o que intensifica a sobrecarga de trabalho e exige criatividade para articular recursos escassos.

As transformações recentes no mundo do trabalho, associadas ao neoliberalismo e à reestruturação produtiva, intensificaram o desemprego, a precarização e a degradação da relação entre homem e natureza (Antunes, 2018). O avanço tecnológico não elimina o trabalho vivo, mas exige novas qualificações e multifuncionalidade, aumentando a exploração sobre os trabalhadores. Para o Serviço Social, isso se traduz em uma realidade na qual é necessário não apenas atender demandas imediatas, mas também desenvolver ações educativas e coletivas que fortaleçam a organização política da classe trabalhadora.

Portanto, ao discutir a sociabilidade do trabalho, é imprescindível articular teoria e prática. Os conceitos de reificação, alienação e exército industrial de reserva não permanecem no plano abstrato; eles explicam as condições concretas em que se dá a atuação profissional. Reconhecer essas determinações permite ao Serviço Social formular estratégias para afirmar sua autonomia relativa, qualificar sua intervenção e contribuir para a construção de respostas coletivas às expressões da “questão social”.

### **2. TRABALHO E O SERVIÇO SOCIAL**

O Serviço Social é parte da classe trabalhadora e, como tal, vivencia as contradições do modo de produção capitalista em seus espaços sócio-ocupacionais. Seu processo de trabalho é marcado por instrumentos próprios e pela posição contraditória entre a mediação de demandas da classe trabalhadora e a relação de assalariamento junto ao Estado.

O surgimento da profissão deve ser compreendido no contexto da industrialização, que aprofundou a exploração da força de trabalho e acentuou desigualdades sociais. As reivindicações por melhores condições de vida e de trabalho evidenciaram a necessidade de respostas institucionais. Nesse cenário, o Estado assumiu o papel de regulador das políticas

## TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL: CONTRADIÇÕES E DESAFIOS ATUAIS

sociais, mas também de mantenedor da ordem burguesa, utilizando seu aparato coercitivo para conter a organização da classe trabalhadora (Netto, 2018).

Segundo Iamamoto (2014), o Serviço Social emergiu em meio ao agravamento da “questão social” e às novas demandas sociais geradas pela industrialização. Inicialmente, suas práticas foram influenciadas pela caridade e pela doutrina social da Igreja, exercidas sobretudo por mulheres da burguesia, conhecidas como “damas da caridade”. Nesse estágio, o trabalho profissional era visto como missão e não como atividade laboral, reforçando a individualização e a culpabilização dos sujeitos pela própria condição de pobreza (Iamamoto, 2014).

De acordo com Iamamoto (2014), o Serviço Social surge frente ao aumento das desigualdades socioeconômicas que foram potencializadas com o desenvolvimento do processo de industrialização e das forças produtivas. Assim, com as mudanças históricas na divisão sociotécnica do trabalho, houve a necessidade de formar profissionais qualificados em atender às necessidades sociais.

Tendo por pano de fundo o *desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana*, processos esses que aqui apreendidos sob o ângulo das novas classes sociais emergentes – a constituição e expansão do proletariado e da burguesia industrial – e das modificações verificadas na composição dos grupos e frações de classes que compartilham o poder do Estado em conjunturas históricas específicas (Iamamoto, 2014, p. 83).

A profissionalização do Serviço Social representou uma ruptura parcial com essas protoformas conservadoras. Netto (2018) identifica como marco dessa mudança a inserção dos profissionais em organismos estatais, deixando de atuar apenas em ações voluntárias e comunitárias. Yazbek (2009) destaca que esse processo ocorreu em diálogo com as reivindicações da classe trabalhadora, o que ampliou a área de ação da profissão e a consolidou como trabalho assalariado.

De acordo com Iamamoto (2021), o processo de profissionalização pode seguir uma análise comum que considera o Serviço Social como resultado da tecnificação da filantropia, resultado das protoformas da profissão já citadas anteriormente e a visão crítica de que a profissionalização se dá a partir do momento em que o profissional ingressa no mundo da mercantilização e vende sua força de trabalho ao capital em troca de um valor, ou seja, o seu salário. Ao fazer parte desse movimento, o Serviço Social se estabelece como indispensável ao capital e ao funcionamento da ordem capitalista.

## TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL: CONTRADIÇÕES E DESAFIOS ATUAIS

Segundo Netto (2018), o marco significativo de emergência da profissionalização do Serviço Social é representado quando os profissionais passam a desempenhar papéis em organismos e instâncias estatais, atividades exteriores às lógicas de mercado, o trabalho profissional já não possui a condição de trabalho voluntário e comunitário. Assim, a ruptura com suas protoformas, ou seja, com suas raízes conservadoras, caritativas e religiosas, marca a 1ª fase de quebra com suas protoformas.

É neste contexto que a classe trabalhadora tem a sua vida atravessada pelo aumento da miséria, resultante da alta concentração de capital provocada pela apropriação privada dos bens de consumo, que foi incorporada por um pequeno grupo. Yamamoto (2014) argumenta que a “questão social” está relacionada a diversos fatores, que incluem as condições estruturais da formação capitalista e os resultados das mudanças no mundo do trabalho. Ela é, assim, o objeto central da profissão e se configura como:

Expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão (Yamamoto, 2014, p. 84).

Neste contexto, as práticas assistencialistas estão intimamente associadas às práticas da igreja, se consolidando junto ao Estado e à burguesia, o que caracteriza os valores, ações e perfil profissional que, a esse ponto, era composto majoritariamente por mulheres. Para Yamamoto (2014), o fazer profissional seguia as linhas de justiça e caridade conforme pregado pela igreja, seguindo a sua doutrina social.

Assim, o trabalho profissional do Serviço Social em suas protoformas<sup>4</sup> não era considerado trabalho e sim uma missão, e carregava consigo o caráter missionário da igreja, que tem como principal consequência a individualização e culpabilização do sujeito em relação à condição econômica em que se encontra de modo que não haja alternativa para alcançar melhores condições de vida, por isso:

A tentativa de controle da organização do proletariado implica que este seja reconhecido pelo Estado enquanto classe, e enquanto classe social espoliada. Implica leis de exceção que rompem a ortodoxia liberal, intervindo abertamente no mercado de trabalho. A hegemonia burguesa não pode basear-se apenas na coerção, necessitando estabelecer mecanismos de integração e controle (Yamamoto, 2014, p.141).

---

<sup>4</sup> Refere-se às ações que deram origem à profissão em sua gênese.

## TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL: CONTRADIÇÕES E DESAFIOS ATUAIS

Desta forma, a burguesia, o Estado e a igreja católica possuem um papel fundante no surgimento da profissão e na conduta profissional do início da profissão. Com a consolidação da sociedade burguesa, as práticas assistencialistas e de caridade têm o intuito tanto de manter o controle das massas como de responder às ameaças aos seus valores conservadores, como “a moral, a religião e a ordem pública” (Iamamoto, 2014, p.134).

As primeiras ações voltadas para o Serviço Social foram de cunho assistencialistas e no contexto de caridade. As mulheres burguesas realizavam trabalhos voluntários com a população em vulnerabilidade socioeconômica e em situação de extrema miséria, com o aparato da igreja, foram denominadas como “damas da caridade” (Iamamoto, 2014).

Nessa conjuntura, o Estado tem seu papel na transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista que marca o momento em que as contradições inerentes à sociedade capitalista permanecem, porém de forma peculiarizada, pois a socialização da produção neste estágio é internacionalizada, resultando em novas necessidades e novas formas de dominação advindas da classe burguesa (Netto, 2018).

Diante disso, o empresariado se abstém das responsabilidades sobre as condições de pauperização que os trabalhadores vivenciam, a “questão social” não é reconhecida como resultante da concentração de renda capitalista. Como resposta, o Estado recusa as lutas sindicais e reivindicações em prol de melhores condições de vida, férias, aumento salarial. A classe trabalhadora tem como resposta a repressão policial e violência, bem como a recusa nas tomadas de decisão que dizem respeito à sua própria realidade (Iamamoto, 2014).

Nesse contexto, conforme afirma Iamamoto (2014), os pequenos ganhos da classe trabalhadora tinham como condicionante os bons comportamentos, vida pessoal, lazer e descanso regrados, em prol da força de trabalho e tempo dedicados nas fábricas. Nesse estágio, as lutas trabalhistas resultam em políticas sociais que se constituem para o empresariado como uma forma de mascarar suas verdadeiras intencionalidades, que é manter a classe trabalhadora como vendedora da sua força de trabalho em prol do capital.

Nos estudos de Yazbek (2009), o processo de institucionalização do Serviço Social como profissão se deu pela incorporação das reivindicações da classe trabalhadora. A profissão amplia e incorpora sua área de ação. É nessa contradição da vida em sociedade que, na divisão sociotécnica do trabalho, o Serviço Social constitui seu espaço de profissionalização, como trabalhador assalariado.

## TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL: CONTRADIÇÕES E DESAFIOS ATUAIS

De acordo com Guerra *et al.* (2018), a aproximação crítica do projeto ético-político profissional e acadêmico foi de suma importância para a reconceituação do Serviço Social ancorada na teoria de Marx de compreensão da totalidade da vida social, reconhecendo assim os processos de contradição da ordem capitalista e do cotidiano profissional do/a Assistente Social.

O recurso a Marx em suas fontes originais e as mediações buscadas na obra marxiana conferiram nova qualidade e direcionamento aos fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social nos 1980, marco decisivo e forjador do reconhecimento da profissão nos círculos e debates acadêmicos. A apropriação do patrimônio de Marx e da tradição marxista acumulados nesse período materializaram-se na revisão curricular de 1982 e no código de 1986 (Guerra *et al.*, 2018, p. 91).

Nesse sentido, os fundamentos que norteiam o exercício profissional do Serviço Social, seus direitos e atribuições privativas são de suma importância em todo âmbito e espaço sócio-ocupacional que a categoria ocupa. Para tanto, o ressurgimento a teoria social de Marx impulsionou os diversos marcos legais no processo de renovação da formação profissional, com o Movimento de Reconceituação desencadeado na América Latina a profissão se aproxima da perspectiva marxista, os códigos de ética de 1983 e 1993, as diretrizes curriculares de 1996, que resultou na consolidação da Lei de Regulamentação de nº 8662, e consolidação do projeto ético-político da profissão (Guerra *et al.*, 2018).

Ao se profissionalizar e romper com suas protoformas, a profissão estabelece em sua jornada histórica de novas práticas, posturas éticas, instrumentos que norteiam e orientam o fazer profissional. Assim, o código de ética da profissão:

[...] É um instrumento educativo e orientador do comportamento ético profissional do Assistente Social: representa a autoconsciência ético-política da categoria profissional em dado momento histórico. Assim, é mais do que um conjunto de normas, deveres e proibições; *a parte da ética profissional: ação prática mediada por valores que visa interferir na realidade, na direção da sua realização objetiva, produzindo um resultado concreto* (CFESS, 1993, p. 35).

Nos anos 1960 e 1970, a profissão vivenciou transformações importantes, acompanhando as mudanças do mercado de trabalho e a ampliação da presença de profissionais oriundos da classe média. Os códigos de ética de 1947, 1965 e 1975 ainda refletiam forte influência da moral cristã e do positivismo, mas já se abriam a novas exigências profissionais (Mathis *et al.*, 2021). O processo de renovação crítica avançou nos

## TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL: CONTRADIÇÕES E DESAFIOS ATUAIS

anos 1980, quando a aproximação com a teoria social de Marx impulsionou o Movimento de Reconceitualização, consolidado na revisão curricular de 1982 e no Código de Ética de 1986 (Guerra *et al.*, 2018).

Esse movimento se fortaleceu com a aprovação da Lei nº 8.662/1993, que regulamentou a profissão e definiu atribuições privativas, consolidando também os Conselhos Federal e Regionais de Serviço Social (CFESS/CRESS) como órgãos de fiscalização. Associados às Diretrizes Curriculares de 1996 e ao Código de Ética de 1993, esses marcos constituem os pilares do projeto ético-político da categoria, orientando a prática profissional em direção à defesa de direitos e à universalização das políticas sociais (Pinheiro *et al.*, 2021).

A autonomia profissional, entretanto, é relativa. Como observa Iamamoto (2004, p. 23), embora o assistente social tenha condições de atribuir direção social ao seu trabalho, os organismos empregadores estabelecem metas, normas e recursos, incidindo diretamente no conteúdo e nos resultados de sua prática. Essa contradição decorre da inserção da profissão na divisão sociotécnica do trabalho, entre os interesses da classe trabalhadora e os do Estado, seu principal empregador.

Nesse contexto, a instrumentalidade se torna dimensão central do exercício profissional. Para Guerra (2012, p. 2), ao transformar as condições existentes em meios para alcançar finalidades profissionais, o assistente social dá instrumentalidade às suas ações. Essa perspectiva ganha relevância na atuação em equipes inter e multiprofissionais, nas quais é preciso afirmar a especificidade da profissão sem perder de vista a articulação coletiva (Mendes; Silva, 2003).

É necessário que os assistentes sociais qualifiquem sua participação de forma crítica e propositiva, realizando as mediações capazes de desvelar o movimento da realidade e tecer as alianças e estratégias necessárias à implementação de seus projetos (Mendes; Silva, 2003, p. 116).

Considerando que o trabalho do/a Assistente social possui parâmetros de atuação junto aos órgãos que regulamentam e fiscalizam o exercício profissional, dialogando com os seus instrumentais e sua dimensão ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, tem a sua autonomia e particularidade no processo de trabalho nos espaços sócio-ocupacionais.

A Resolução CFESS nº 557/2009 dispõe sobre os instrumentais, laudos, opiniões técnicas no trabalho em equipe, no qual o/a Assistente Social, em conjunto com outros

## TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL: CONTRADIÇÕES E DESAFIOS ATUAIS

profissionais, tem como finalidade principal a viabilização de direitos sociais que perpassam conjuntamente pela intervenção de profissionais de diferentes áreas (CFESS, 2009).

A Resolução CFESS nº 557/2009 reforça essa posição ao dispor que, nas equipes multiprofissionais, o assistente social deve garantir a especificidade de sua área, respeitando os limites do Código de Ética. Assim, as atribuições privativas e a autonomia relativa se concretizam em diálogo com outras profissões, principalmente no campo das políticas públicas (CFESS, 2009).

Desse modo, o trabalho do/a Assistente Social em equipe multiprofissional deve, em seu processo de trabalho, estar alinhado em respeitar suas normas e limites postos no Código de Ética do/a Assistente Social de 1993, assim, “[...] ao atuar em equipes multiprofissionais, o assistente social deverá garantir a especificidade de sua área de atuação” (CFESS, 2009, p. 2). Portanto, delimitando as atribuições privativas, sua autonomia relativa e competências específicas, então, acerca do processo de trabalho do/a Assistente Social, este se consolida na política urbana e de direito à cidade:

É nesse marco analítico, impregnado de componentes da luta de classes, que o Serviço Social se vê diante de demandas para um direcionamento de funções e atribuições profissionais, com novas exigências de qualificação para o exercício profissional, em aparatos institucionais novos e também diversos [...] (CFESS, 2009, p. 11).

Dessa forma, compreender o trabalho do assistente social implica situá-lo como parte da classe trabalhadora, atravessado pelas contradições capitalistas e pelos desafios contemporâneos de precarização, sobrecarga e desvalorização. Ao mesmo tempo, reafirma-se sua importância na defesa dos direitos sociais e na construção de respostas coletivas às múltiplas expressões da “questão social”.

Portanto, considerando a importância do/a assistente social nos espaços sócio-ocupacionais que a categoria tem sido demandada a ocupar, é também entender que novas práticas e atribuições do profissional em equipes inter e multidisciplinares, demandam se aprofundar nas bases da categoria trabalho na sociedade capitalista que abrange a classe trabalhadora e suas diferentes formas de trabalho e de trabalhadores, sendo o/a assistente social pertencente a esta classe.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

## TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL: CONTRADIÇÕES E DESAFIOS ATUAIS

A análise desenvolvida evidenciou a centralidade da categoria trabalho para compreender o exercício profissional do/a assistente social na sociedade capitalista contemporânea. A partir do referencial marxista, discutiu-se a sociabilidade do trabalho e suas contradições, destacando como as transformações produtivas impactam a classe trabalhadora e, por consequência, a profissão.

O estudo mostrou que o Serviço Social, ao mesmo tempo em que amplia seus espaços sócio-ocupacionais, enfrenta limites estruturais: precarização, sobrecarga e desvalorização. Apesar disso, a profissão acumula importantes avanços no campo teórico-metodológicos, ético-político e técnico-operativos, que sustentam sua atuação crítica e articulada com os interesses da classe trabalhadora.

A pesquisa também reafirma a relevância dos marcos regulatórios da profissão — Código de Ética, Lei nº 8.662/1993 e Diretrizes Curriculares — como garantias fundamentais para a defesa da autonomia relativa do/a assistente social. Contudo, tais instrumentos não eliminam as contradições que atravessam a prática profissional, sobretudo na inserção em equipes inter e multiprofissionais, nas quais persiste a necessidade de afirmação da especificidade da profissão.

Conclui-se que o trabalho do/a assistente social só pode ser plenamente compreendida quando situado nas determinações mais amplas do mundo do trabalho. Nesse sentido, o desafio colocado é fortalecer a dimensão crítica e coletiva da profissão, garantindo que sua intervenção permaneça vinculada à luta por direitos sociais e à construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A principal contribuição deste artigo está em articular a ontologia do trabalho social, fundamentada no pensamento marxista, com os desafios atuais enfrentados nas equipes multiprofissionais, oferecendo subsídios para compreender as tensões em torno da autonomia relativa do/a assistente social — questão também evidenciada em levantamentos recentes, como o Censo CFESS (2024).

### REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Dimensão da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2º ed. Londrina, Práxis, Bauru: canal 6, 2007.

## TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL: CONTRADIÇÕES E DESAFIOS ATUAIS

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Atuação de assistentes sociais na Política Urbana subsídios para reflexão**. 1. ed. Brasília, 2016.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social (Org.). **Código de Ética do Assistente Social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

GUERRA, Yolanda; *et al.* **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. Campinas, SP: Papel Social, 2018.

GUERRA, Yolanda. A Dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: GUERRA, Yolanda; BACKX, Sheila; SANTOS, Cláudia Mônica dos (Orgs.). **A Dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012. p. 49-76.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. 27. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

IAMAMOTO, Marilda; YAZBEK, Carmelita. Serviço Social na história América Latina, África e Europa. In: IAMAMOTO. **O serviço social brasileiro em tempos de mundialização do capital**. São Paulo: Cortez, 2019. p. 34-61.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. In: FERNANDES, Florestan (org.). **Marx e Engels: história**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989. p. 182-214.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **O Capital, Livro I**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MATHIS, Adriana *et al.*. CÓDIGO DE ÉTICA: um tema em questão na produção do Serviço Social. In: CUNHA, Marinez Gil Nogueira; PRATES, Jane Cruz; GOMES, Vera Lúcia Batista; PINHEIRO, Hamida Assunção (Orgs.). **Procad Amazônia 2: formação e trabalho do Assistente Social no norte e no sul do Brasil**. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2021. p. 215-233.

## TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL: CONTRADIÇÕES E DESAFIOS ATUAIS

MENDES, Alessandra Gomes; SILVA, Letícia Batista. Serviço Social, saúde a interdisciplinaridade: questões para o debate. In: SILVA, Letícia Batista; RAMOS, Adriana. **Serviço Social, Saúde e questões contemporâneas: reflexões críticas sobre a prática profissional**. Campinas, SP: Papel Social, 2013.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: Uma introdução crítica**. 8ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

PINHEIRO, Hamilda Assunção; ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de; LIMA, Isteice Nogueira de. BÚSSOLAS PARA FORMAÇÃO E TRABALHO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL: as diretrizes curriculares da ABEPSS, a Lei de regulamentação e o Código de ética. In: CUNHA, Marinez Gil Nogueira; PRATES, Jane Cruz; GOMES, Vera Lúcia Batista; PINHEIRO, Hamilda Assunção (Orgs.). **Procad Amazônia 2: formação e trabalho do Assistente Social no norte e no sul do Brasil**. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2021. p. 113-131.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 104, p. 750-772, out./dez. 2010.

SILVA, Pâmela Santos da. Os fundamentos da relação entre a categoria trabalho e o Serviço Social na contemporaneidade. In: **VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2017, Universidade Federal do Maranhão.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social brasileiro na contemporaneidade. In: **Serviço social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS; ABEPSS. 2009. p. 1-27.

Artigo recebido em 11 de setembro de 2025.

Revisto pelas autoras 16 de setembro de 2025.

Aprovado para publicação em 24 de setembro de 2025.

Responsável pela aprovação final: Maria José de Oliveira Lima.